

Editorial

Ao iniciar o século XXI, a sociedade brasileira reafirma os valores e princípios que orientam o modo de organização da atenção básica à saúde, tendo na Estratégia Saúde da Família sua base estruturante. Base essa que vem, desde a década de 1990, exercendo a responsabilidade nos sistemas municipais de saúde de promover ambientes saudáveis em cada território das famílias brasileiras. A construção desses ambientes saudáveis coloca em evidência os velhos e os novos desafios, a gestão qualificada da atenção básica; a revisão da formação e educação permanente do pessoal envolvido direta e indiretamente nos processos organizativos desse nível da atenção; o desenho de novas tecnologias aplicadas ao cuidado familiar e comunitário; a opção técnico-política por uma outra forma de investimento financeiro; todos interligados de forma a compreender e a agir nos determinantes do processo saúde-doença-cuidado, com vistas à construção de novos modelos de atenção à saúde.

Esse debate se amplia no contexto contemporâneo, no qual diversas pesquisas e estudos, no Brasil e no mundo, passados 25 anos da Declaração de Alma-Ata (em 1978), recolocam em pauta **a saúde como direito humano fundamental**. Direito esse que nos faz lembrar o disposto no artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que preceitua: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em outros em espírito de fraternidade”; este direito, imperativamente, se constitui como a essência da conquista da cidadania plena em uma sociedade democrática.

É nesse trajeto que a *Revista Série Tempus – Actas de Saúde Coletivas* traz seu primeiro número temático com artigos de sujeitos sociais que, historicamente, em seus mais diferentes espaços, vêm contribuindo na edificação deste novo tempo, um tempo de mais saúde para os indivíduos/famílias/comunidades. Uma saúde que possa superar os desafios das mais diferentes dimensões das desigualdades sociais, servindo de farol iluminando a reflexão e os novos aprendizados rumo à integralidade e à sustentabilidade do Sistema Único de Saúde nos mais diferentes cantões brasileiros.

Com isso, desejamos que este número temático, sobre o Programa de Agentes Comunitários de Saúde-PACS (criado em 1991) e o Programa de Saúde da Família (em 1994), como estratégias para mudança do modelo de atenção à saúde, possam aprofundar o diálogo entre os sujeitos político-técnicos rumo a um posicionamento cada vez mais claro e politicamente decidido em defesa de um modelo de atenção à saúde integral e familiar. Portanto, os artigos aqui reunidos visam

expressar a busca incansável daqueles que continuam firmes na utopia de não deixar as desigualdades sociais e da saúde tomarem uma feição “natural” nos mundos do serviço e da acadêmica. Que os leitores recoloquem seus interesses, vontades e capacidades a serviço dos direitos humanos e de uma vida mais saudáveis para as famílias brasileiras.